

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 105, DE 2000

Modifica o inciso X do art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 – Lei das Inelegibilidades.

*Autor: **Deputado GUSTAVO FRUET***

*Relator: **Deputado INALDO LEITÃO***

### I - RELATÓRIO

O projeto de lei complementar em epígrafe, de autoria do nobre Deputado Gustavo Fruet, tem por objetivo a alteração do inciso X do art. 22 da Lei Complementar nº 64/90 – Lei de Inelegibilidade, sob o argumento de que o predito dispositivo é inconstitucional por afrontar o princípio do contraditório (CF, art. 5º, inciso LV).

O vigente inciso X do art. 22 da LC 64/90 dispõe:

*“- encerrado o prazo da dilação probatória, as partes, inclusive o Ministério Público, poderão apresentar alegações no prazo comum de 2 (dois) dias.”*

O autor da proposição em comento se insurge contra o *prazo comum* deferido às partes e ao *Parquet* para aduzirem alegações finais, uma vez que tal inciso “caracteriza-se como infração ao princípio constitucional do contraditório, pois determina que o representado apresente suas alegações finais sem conhecer a manifestação formulada pelo autor e pelo Ministério Público.”

Aduz o eminente Parlamentar, em socorro da iniciativa sob exame, manifestações da doutrina e da jurisprudência, ressaltando a intocabilidade e imprescindibilidade do princípio da ampla defesa e do contraditório.

Para que tal garantia esteja presente na Lei Complementar nº 64/90, o nobre Deputado Gustavo Fruet propõe duas alterações no inciso X do art. 22, a saber: 1) a suspensão do vocábulo **comum**; 2) o acréscimo, no final deste inciso, da expressão “**observado o contraditório**”.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação o exame da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e de mérito da matéria em tela, de acordo com o art. 32, III, **a** e **e**, do Regimento Interno.

A proposição sob análise, dispondo sobre direito eleitoral, insere-se entre as matérias de competência legislativa privativa da União (Constituição Federal, art. 22, I), deve ser veiculada por lei formal (CF, art. 48) e admite a iniciativa concorrente (CF, art. 61, *caput*). Por versar sobre inelegibilidade, está sob reserva de lei complementar (CF, art. 14, § 9º).

Não se vislumbra, na espécie vertente, qualquer nódoa de inconstitucionalidade.

O *caput* do art. 22 da LC nº 64/90 prevê a hipótese de partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral poder representar à Justiça Eleitoral, relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias e pedir abertura de investigação judicial para apurar ato indevido do poder econômico, desvio ou abuso do poder de autoridade, em benefício de candidato ou de partido político.

Nos incisos (I a XV) vem estabelecido o rito processual da ação de investigação judicial eleitoral em moldes semelhantes à sistemática

processual civil: peça exordial, notificação da parte ex adversa, oferecimento de prazo para defesa (cinco dias), audiência para produção de prova e oportunidade para as alegações finais.

O prazo comum de dois dias para apresentação de alegações finais é oferecido **às partes e ao Ministério Público indistintamente**.

Este proceder guarda simetria com o disposto no art. 454 e §§ do Código de Processo Civil: as alegações finais podem ser feitas oralmente finda a instrução ou substituindo-se esta forma pela apresentação de memoriais, quando a causa encerrar questões complexas de fato ou de direito.

A diferença entre o rito processual da LC 64/90 e o do CPC reside tão somente nos prazos, já que é típico do processo eleitoral a exigüidade temporal. Em ambos os casos, com efeito, não há que se falar em restrição ao direito de defesa ou ausência do contraditório. O rito é completo.

O certo é que os prazos processuais podem ser comuns ou particulares. São comuns os prazos destinados a todas as partes para a prática de determinados atos processuais, sendo exemplo disso o prazo para interposição de embargos declaratórios (CPC, art. 536). São particulares os prazos dirigidos a apenas uma das partes, como ocorre com a contestação.

No caso da investigação judicial eleitoral (LC 64/90, art. 22), de que trata o projeto em estudo é oferecido prazo particular para apresentação de defesa (inciso I, letra a) e o comum para o oferecimento de alegações finais (inciso X).

A distinção obedece à lógica processual. É que as alegações finais são produzidas após a dilação probatória, o que vale dizer que toda a prova já deve ter sido produzida, com a ciência às partes e ao Ministério Público. As alegações finais não são meio de defesa como a contestação o é. Tanto que a ausência das alegações finais não vicia o feito, desde que concedida a sua oportunidade, e é até possível que não influencie o próprio julgamento.

Diante destas considerações, é imperioso dizer que a concessão de prazo comum na fase de alegações finais no processo de investigação judicial eleitoral não importa ofensa ao princípio da ampla defesa (CF, art. 5º, LV) e do contraditório.

Quando o processo é conduzido dialeticamente, em que cada parte exerce a oportunidade de apresentar suas razões e provas, está presente o princípio do contraditório e assegurada a ampla defesa. A igualdade entre as partes – *par conditio* – afasta a sugestão de violação a este princípio.

Não nos parece, pois, que proceda a alegação de inconstitucionalidade do dispositivo em questão da Lei Complementar nº 64/90. A alteração projetada não padece, igualmente, de inconstitucionalidade.

Nada a objetar quanto à juridicidade da proposição.

A técnica legislativa do projeto em exame merece reparo com relação ao aspecto redacional; para saná-lo, apresentamos substitutivo.

Tratando-se, no caso do art. 22, em análise, de investigação judicial – que pode redundar em declaração de inelegibilidade do representado, com a cominação de sanção de inelegibilidade para as eleições a se realizarem nos três anos subseqüentes à eleição em que se verificou, além da cassação do registro do candidato diretamente beneficiado pela interferência do poder econômico e pelo desvio ou abuso do poder de autoridade (inciso XIV), -- quer-nos parecer que a medida sugerida pelo Autor melhor atenderá ao propósito da ampla defesa. A Lei de Inelegibilidades trata, na verdade, do direito político de ser votado – a cidadania passiva, sendo da mais alta relevância os bens jurídicos envolvidos na investigação prevista no seu art. 22, a qual pode, inclusive, ensejar instauração de processo disciplinar, se for o caso, e processo-crime, movidos pelo Ministério Público.

Mesmo se tendo na devida conta a importância da celeridade – um dos pilares do processo eleitoral, – na hipótese de que se trata, não haverá grande inconveniente para a celeridade do rito adotado, vez que o prazo particular cogitado não estenderia muito a dilação probatória, e, considerando-se as possíveis conseqüências nefastas do processo para os envolvidos, traria o benefício de uma defesa mais plena, a exemplo do que dispõe o art. 360 do Código Eleitoral, em que o prazo de cinco dias para as alegações finais no processo das infrações é concedido a cada uma das partes.

Por todo o exposto, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 105, de 2000, nos termos do substitutivo que oferecemos.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2002.

***Deputado INALDO LEITÃO***  
***Relator***

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

## SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 105, DE 2000

Modifica o inciso X do art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 – Lei das Inelegibilidades.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei Complementar altera o inciso X do art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Art. 2º O inciso X do art. 22 da Lei Complementar nº 64/69 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. ....  
.....

*X – encerrado o prazo da dilação probatória, abrir-se-á prazo de dois dias a cada uma das partes para alegações finais." (NR)*

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2002.

Deputado INALDO LEITÃO  
**Relator**

